

A PRESCRIÇÃO FARMACÊUTICA NO BRASIL: AVANÇOS, LIMITAÇÕES E DISPUTAS PROFISSIONAIS SOB A ÓTICA DA REGULAMENTAÇÃO

PHARMACEUTICAL PRESCRIPTION IN BRAZIL: ADVANCES, LIMITATIONS, AND PROFESSIONAL DISPUTES FROM A REGULATORY PERSPECTIVE

Ana Laura Castro Brito¹
Taceli kenia Fernandes Martins²
Silvana Oliveira Sarmiento³
Lucas Oliveira da Silva⁴
Fábio José Coelho de Souza Junior⁵

RESUMO: Este artigo buscou analisar os avanços, limitações e disputas profissionais que permeiam a prescrição farmacêutica no Brasil, considerando seus marcos regulatórios, desafios jurídicos e impactos para a prática clínica. Para isso, realizou-se uma Revisão Integrativa da Literatura, seguindo as recomendações do protocolo PRISMA. A busca foi conduzida nas bases SciELO, PubMed, LILACS (BVS) e Google Acadêmico, utilizando descritores em português e inglês. Foram incluídos artigos completos publicados entre 2015 e 2025 que abordassem a prescrição farmacêutica, sua regulamentação, efeitos clínicos e controvérsias profissionais. Após triagem de 624 registros, 27 estudos atenderam aos critérios e compuseram a análise qualitativa. Os resultados evidenciam que a prescrição farmacêutica contribui para o uso racional de medicamentos, melhora da adesão terapêutica, redução de eventos adversos e fortalecimento do cuidado clínico nas farmácias comunitárias. Contudo, persistem obstáculos importantes, como insuficiência de qualificação clínica entre profissionais, lacunas estruturais nos serviços, baixa adesão da população ao retorno clínico e disputas corporativas que influenciam políticas regulatórias. A suspensão judicial da Resolução CFF nº 586/2013 revelou fragilidades normativas e reforçou a necessidade de critérios rigorosos de certificação, como o Registro de Qualificação Especial (RQE). Conclui-se que o avanço da prescrição farmacêutica demanda governança regulatória, competência técnica certificada e integração multiprofissional para garantir segurança ao paciente e efetividade no cuidado.

3451

Palavras-chave: Prescrição farmacêutica. Farmácia clínica. Legislação. Qualificação farmacêutica. Suspensão da prescrição.

¹ Cursando Farmácia, Faculdade Cosmopolita.

² Cursando Farmácia, Faculdade Cosmopolita.

³ Cursando Farmácia, Faculdade Cosmopolita.

⁴ Co-orientador: Mestre. Faculdade Cosmopolita.

⁵ Orientador. Mestre em Farmacologia. Faculdade Cosmopolita.

ABSTRACT: This article sought to analyze the advances, limitations, and professional disputes surrounding pharmaceutical prescribing in Brazil, considering its regulatory frameworks, legal challenges, and impacts on clinical practice. An Integrative Literature Review was conducted following the PRISMA protocol. The search was performed in the SciELO, PubMed, LILACS (BVS), and Google Scholar databases, using descriptors in Portuguese and English. Full-text articles published between 2015 and 2025 addressing pharmaceutical prescribing, its regulation, clinical effects, and professional controversies were included. After screening 624 records, 27 studies met the eligibility criteria and formed the qualitative synthesis. The results show that pharmaceutical prescribing contributes to the rational use of medicines, improved therapeutic adherence, reduced adverse events, and strengthened clinical care in community pharmacies. However, significant barriers persist, including insufficient clinical training among professionals, structural gaps in services, low patient adherence to follow-up, and corporate disputes that influence regulatory policies. The judicial suspension of CFF Resolution nº 586/2013 exposed normative vulnerabilities and highlighted the need for stringent certification criteria, such as the Special Qualification Registry (RQE). It is concluded that the advancement of pharmaceutical prescribing requires robust regulatory governance, certified technical competence, and effective multiprofessional integration to ensure patient safety and high-quality clinical care.

Keywords: Drug prescription. Clinical pharmacy. Legislation. Pharmaceutical qualification. prescription suspension.

INTRODUÇÃO

A trajetória da profissão farmacêutica no Brasil, é marcada por transformações profundas. Desde as antigas boticas coloniais, em que o boticário manipulava e orientava o uso de remédios até o período pós-industrialização, o farmacêutico passou de protagonista comunitário à coadjuvante da prática médica, perdendo parte de sua autonomia técnica (Martín, A.G 4., 2022; Nicolau et al., 2021). Nas últimas décadas, entretanto, o resgate do papel clínico e a inserção do profissional nas equipes multiprofissionais devolveram-lhe protagonismo, qualificando-o para a oferta dos serviços farmacêuticos, com foco na prevenção e promoção da saúde (Silva & Nogueira, 2021).

Os serviços farmacêuticos, quando bem estruturados, assumem papel essencial na promoção do uso racional de medicamentos e na segurança do paciente (Santana et al., 2021). O farmacêutico, ao adotar uma abordagem holística que considera riscos e benefícios da farmacoterapia, contribui para a eficácia dos tratamentos e para a integração multiprofissional da equipe de saúde. Sua atuação clínica abrange desde a identificação de possíveis interações fármaco-alimento até o aconselhamento sobre reações adversas e condutas terapêuticas mais seguras (Batista et al., 2020).

A pandemia de Covid-19 evidenciou esse protagonismo. Em um momento de colapso sanitário, o farmacêutico esteve na linha de frente orientando a população, prevenindo interações medicamentosas e reduzindo a sobrecarga dos serviços de urgência e emergência. Esse contexto consolidou a percepção social da relevância do farmacêutico como profissional clínico, reforçando a necessidade de ampliar sua autonomia técnica, especialmente em relação à prescrição de medicamentos (Rubert & Deuschle., 2020; CFF, 2020).

Diversos países têm ampliado a autonomia do farmacêutico por meio da prescrição não médica, com o objetivo de otimizar recursos, reduzir a sobrecarga dos serviços médicos e melhorar o acesso da população ao cuidado em saúde (Ramos et al., 2022). No Brasil, a prática foi regulamentada pela Resolução nº 586/2013 do Conselho Federal de Farmácia (CFF), que reconheceu a prescrição farmacêutica como um ato inerente ao exercício profissional, autorizando o farmacêutico a prescrever medicamentos isentos de prescrição médica, além de propor intervenções não farmacológicas e encaminhamentos a outros profissionais (CFF, 2013; Lopes, 2022).

A prescrição farmacêutica representa um marco importante na consolidação do papel clínico do farmacêutico no sistema de saúde brasileiro (Santos *et al.*, 2021). Essa evolução está diretamente associada ao reconhecimento da importância da orientação farmacêutica e das intervenções clínicas como estratégias para reduzir a ineficácia dos tratamentos farmacoterapêuticos, comumente relacionada à baixa adesão, falhas na monitorização e interações medicamentosas evitáveis (De Souza et al., 2022).

Essa normatização reforçou o papel do farmacêutico como agente ativo no manejo de problemas de saúde autolimitados e no acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes, consolidando-o como elo fundamental entre o medicamento e o uso racional (Moura, A.S. *et al.*, 2024). Contudo, em 2025, o exercício da prescrição farmacêutica sofreu um retrocesso significativo. Em decisão liminar, a Justiça Federal do Distrito Federal determinou a suspensão da Resolução CFF nº 586/2013, atendendo a pedido do Conselho Federal de Medicina (CFM), que alegou invasão de competências médicas previstas na Lei nº 12.842/2013 a chamada “Lei do Ato Médico” (Bigal., 2025).

A medida judicial interrompe temporariamente a aplicação da norma que respaldava legalmente a prescrição farmacêutica, criando um cenário de insegurança jurídica e comprometendo os avanços obtidos ao longo da última década. Com a suspensão em vigor, o farmacêutico encontra-se novamente limitado na execução de uma atividade que vinha se

mostrando eficaz para reduzir o uso irracional de medicamentos e melhorar a adesão aos tratamentos (Sinfar-SP, 2024).

Essa conjuntura revela o conflito histórico entre o reconhecimento técnico-científico da competência farmacêutica e as disputas corporativas que permeiam a regulamentação das profissões de saúde. A tentativa de restringir a prescrição farmacêutica não se traduz apenas em um embate político entre conselhos profissionais, mas representa um obstáculo ao fortalecimento das políticas públicas de saúde (Da Silva et al., 2025).

Dessa forma, o presente artigo busca evidenciar, com base em dados da literatura acadêmica, os avanços, limitações e disputas profissionais que permeiam a prescrição farmacêutica no Brasil, sob a ótica da regulamentação vigente e das recentes controvérsias jurídicas. Ao analisar criticamente o papel do farmacêutico no contexto clínico, pretende-se demonstrar a relevância dessa prática para a promoção do uso racional de medicamentos, a ampliação do acesso aos cuidados em saúde e a integração efetiva das equipes multiprofissionais.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), que tem por objetivo reunir, analisar e sintetizar as evidências científicas disponíveis sobre os avanços, limitações e disputas profissionais envolvendo a prescrição farmacêutica no Brasil, sob a ótica da regulamentação e do exercício clínico do farmacêutico. Elaborada conforme as etapas propostas por Souza, Silva e Carvalho (2010): Que consiste na elaboração da pergunta norteadora, na busca ou amostragem na literatura, no processo coleta de dados, na análise crítica dos estudos incluídos, na discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa.

A construção da pergunta norteadora baseou-se na estratégia PICO (População, Intervenção, Contexto e Resultado), adaptada à temática proposta:

Tabela 01: Estratégia PICO

Elemento	Descrição
P (População)	Profissionais farmacêuticos
I (Intervenção)	Prescrição farmacêutica
C (Contexto/Comparação)	Avanços e limitações diante de marcos regulatórios e disputas interprofissionais
O (Resultado/Outcome)	Impactos na autonomia profissional, no uso racional de medicamentos e no cuidado em saúde

Fonte: Autores

A partir dessa estrutura, formulou-se a pergunta norteadora: “Quais são as evidências científicas sobre os avanços, limitações e desafios regulatórios relacionados à prescrição farmacêutica no Brasil e seus impactos sobre o papel clínico do farmacêutico e a promoção do uso racional de medicamentos?”

As buscas bibliográficas foram realizadas entre janeiro e março de 2025, nas seguintes bases de dados eletrônicas, PubMed (National Library of Medicine – NCBI; Scientific Electronic Library Online (SciELO); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS – via BVS) e motores de busca geral como Google acadêmico. A pesquisa utilizou descritores controlados e suas combinações em português e inglês, conforme o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e MeSH (Medical Subject Headings), conectados pelos operadores booleanos AND e OR.

Os termos utilizados foram: (“Prescrição Farmacêutica” OR “Pharmaceutical Prescription” OR “Prescrição” AND “Farmacêutica”) AND (“Atenção Farmacêutica” OR “Pharmaceutical Care”) AND (“Uso Racional de Medicamentos” OR “Rational Use of Medicines”) AND (“Farmacêutico” OR “Pharmacist”) AND (“Automedicação” OR “Self Medication”) AND (“Medicamentos Isentos de Prescrição” OR “Nonprescription Drugs”) AND (“Brasil” OR “Brazil”)

3455

Foram incluídos estudos que atendessem simultaneamente aos seguintes critérios: artigos completos, publicados entre 2015 e 2025, escritos em português e inglês, disponíveis integralmente em meio eletrônico, que abordassem direta ou indiretamente o tema da prescrição farmacêutica, regulamentação profissional ou atuação clínica do farmacêutico, estudos que apresentassem dados originais ou revisões da literatura, editorial e cartas ao editor.

Foram excluídos trabalhos duplicados entre as bases, resumos de eventos, monografias, teses e dissertações, publicações que não abordassem o papel do farmacêutico na prescrição ou que focassem exclusivamente em prescrições médicas sem interface farmacêutica; Documentos institucionais sem respaldo científico. Os dados extraídos dos artigos incluídos foram organizados em planilha contendo as seguintes variáveis: autor, ano de publicação, objetivo do estudo, principais resultados e conclusões.

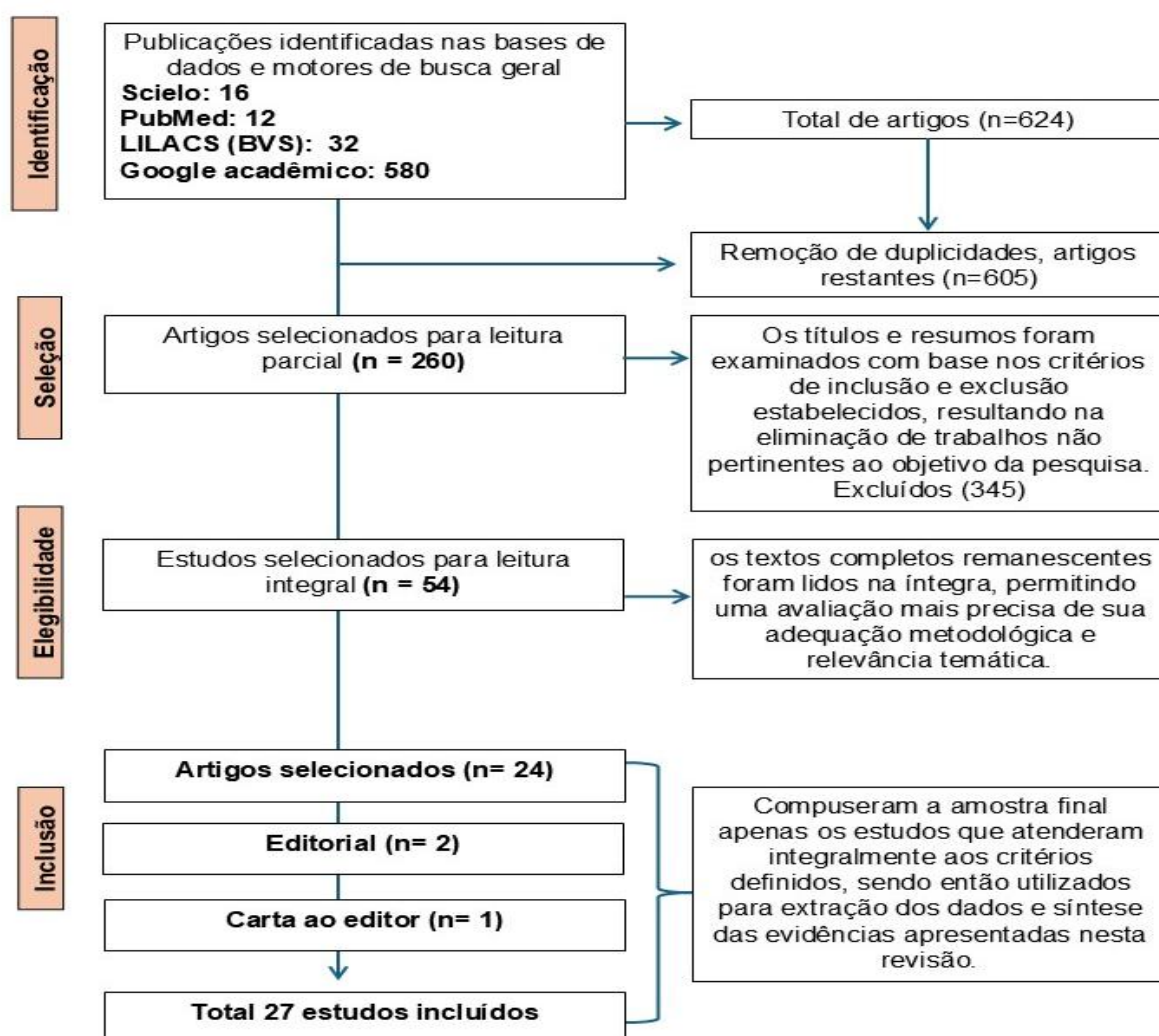
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos seguiu as diretrizes PRISMA e está representado na Figura 01. Inicialmente, foram identificadas 624

publicações nas bases de dados e motores de busca, sendo 16 na SciELO, 12 na PubMed, 32 na LILACS (BVS) e 580 no Google Acadêmico. Após a remoção de duplicidades, permaneceram 605 registros para avaliação inicial. Na etapa de seleção, os títulos e resumos foram examinados com base nos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, o que resultou na exclusão de 345 estudos por não apresentarem relação com a pergunta de pesquisa, permanecendo 260 artigos para leitura parcial.

Na fase de elegibilidade, 54 estudos foram selecionados para leitura na íntegra, permitindo avaliação metodológica e temática mais aprofundada. Após essa análise, 27 publicações atenderam integralmente aos critérios da revisão, sendo então incluídas na etapa final de síntese qualitativa e utilizadas para extração de dados e construção das evidências apresentadas neste estudo.

Figura 01: Fluxograma Prisma



A Tabela 02 apresenta a síntese dos estudos incluídos na revisão, reunindo informações sobre identificação, objetivos, principais resultados e conclusões de cada artigo selecionado. Essa organização permite visualizar de forma comparativa as evidências disponíveis sobre a prescrição farmacêutica e suas implicações para o cuidado clínico e o uso racional de medicamentos.

Tabela 02: Artigos incluídos na revisão

Nº	Identificação do Artigo (Título, autor, ano)	Objetivo do Estudo	Principais Resultados	Conclusões
01	Avaliação da prática farmacêutica na perspectiva dos pacientes: uma revisão integrativa. Teixeira et al., 2020	Avaliar a prática farmacêutica sob a perspectiva dos pacientes.	Pacientes relatam maior segurança, adesão e satisfação com serviços clínicos farmacêuticos.	A atenção farmacêutica fortalece o cuidado e contribui para o uso racional de medicamentos.
02	Prescrição farmacêutica de profilaxia pré-exposição ao HIV no Brasil e no Ceará: uma análise de indicadores Lima et al., 2024	Avaliar a prescrição farmacêutica de PrEP no Brasil com foco no Ceará.	Prescrição farmacêutica presente em 24 estados; baixa cobertura no Ceará (27% dos municípios).	Crescimento da prescrição farmacêutica em HIV, necessitando expansão e maior divulgação entre usuários e profissionais.
03	Prescrição farmacêutica: uma análise do conhecimento dos profissionais farmacêuticos da cidade de Barra do Garças-MT Santos et al., 2022	Investigar o conhecimento de farmacêuticos sobre prescrição em Barra do Garças-MT.	Reconhecimento da importância da prescrição, mas com lacunas de conhecimento e pouca atuação prática.	Necessidade de atualização profissional para realizar prescrição com segurança e respaldo clínico.
04	Serviços de saúde e o impacto da prescrição farmacêutica em sua acreditação Silva et al., 2025	Analisar o impacto da prescrição farmacêutica na qualidade do cuidado e acreditação em saúde.	Melhora de adesão terapêutica e redução de eventos adversos; barreiras regulatórias identificadas.	A prescrição contribui para qualidade assistencial e deve integrar padrões de acreditação dos serviços.
05	Manejo clínico sob uma ótica inovadora: Explorando novas abordagens na prescrição farmacêutica Sousa et al., 2023	Descrever a importância da prescrição farmacêutica como ferramenta de manejo clínico.	Prescrição é decisiva para o uso racional, mas farmacêuticos ainda apresentam desconhecimento e insegurança.	A prática é essencial, porém exige fortalecimento da formação clínica e reconhecimento social.
06	Consolidação do farmacêutico na prática clínica Gribner, 2019	Demonstrar a consolidação da prática clínica farmacêutica, sobretudo no ambiente hospitalar.	Farmacêuticos ampliam impacto terapêutico, diminuem riscos e otimizam farmacoterapia.	Expansão da farmácia clínica fortalece o cuidado, reduz erros e melhora os resultados em saúde.

07	Role of community pharmacy and pharmacists in self-care in Brazil Rotta et al., 2023	Apresentar o papel do farmacêutico comunitário no autocuidado no Brasil.	Farmácias são ponto de acesso privilegiado, autocuidado reduz custos e otimiza atenção em saúde.	Farmacêuticos são fundamentais no autocuidado e para sustentabilidade do sistema de saúde.
08	Os riscos da automedicação: a importância da prescrição farmacêutica Santos et al., 2023	Discutir os riscos da automedicação e reforçar a importância da prescrição farmacêutica.	Automedicação é prática frequente no Brasil, associada a eventos adversos e uso inadequado de medicamentos.	Prescrição farmacêutica é essencial para reduzir danos e orientar o uso racional de medicamentos.
09	O papel do farmacêutico clínico nas farmácias: acessibilidade, cuidado próximo à população e promoção da saúde Siqueira et al., 2024	Analisar a atuação clínica do farmacêutico nas farmácias comunitárias.	Redução de internações e melhora da adesão terapêutica; dificuldades estruturais persistem.	Reforço da farmácia clínica é estratégico para um sistema de saúde mais acessível e eficiente.
10	As responsabilidades do farmacêutico na prescrição farmacêutica Severo et al., 2018	Analisar responsabilidades do farmacêutico na prescrição farmacêutica sob perspectiva legal e clínica.	Legislação restringe e regula o ato prescritivo; automedicação permanece frequente.	Necessidade de aprimorar marcos regulatórios para fortalecer a prescrição com segurança.
11	Construção e validação de um Modelo Lógico para implementação da prescrição farmacêutica no Brasil Ramos et al., 2024a	Construir e validar um Modelo Lógico para orientar a implementação e avaliação da prescrição farmacêutica no Brasil.	O modelo organizado apresenta 7 itens de estrutura, 13 atividades, 8 resultados intermediários e 4 impactos. Houve alto consenso entre especialistas na validação (método Delphi).	O modelo permite organizar e orientar a implementação da prescrição farmacêutica, subsidiando gestores e pesquisadores e projetando impacto na promoção do uso racional de medicamentos.
12	Conhecimento dos farmacêuticos atuantes em drogarias e farmácias sobre a prescrição farmacêutica na cidade de Mineiros-Goiás Coelho et al., 2018	Verificar o conhecimento dos farmacêuticos sobre prescrição, conforme a Resolução CFF nº 586/2013.	Do total de participantes 76,47% se dizem aptos a prescrever, mas apenas 23,52% têm especialização; alta ausência de farmacêuticos nas farmácias visitadas.	Há percepção positiva da prescrição, porém formação clínica é insuficiente e pode comprometer a segurança do paciente.
13	Prescrição farmacêutica no Brasil: uma realidade sem volta Silva et al., 2021	Discutir a regulamentação e a importância da prescrição farmacêutica no país.	A Resolução CFF 586/2013 garante respaldo legal; exige qualificação e habilidade clínica.	A prescrição farmacêutica é irreversível e estratégica para o acesso qualificado à saúde.

14	Prescrição de profilaxia pré-exposição e pós-exposição ao HIV (PrEP/PEP) no Brasil: regulamentação e cenário atual Tiguman et al., 2024	Avaliar as evidências publicadas sobre prescrição farmacêutica de PrEP/PEP.	Apenas 6 estudos nacionais encontrados; pesquisas recentes e heterogêneas.	A prescrição de PrEP/PEP é potencialmente promissora, mas carece de pesquisas robustas.
15	Atuação do farmacêutico clínico em farmácia comunitária Silva et al., 2023	Demonstrar como ocorre a prática clínica farmacêutica em farmácia comunitária.	Serviços clínicos fortalecem cuidado em doenças crônicas e uso racional de medicamentos.	A farmácia clínica amplia o impacto do farmacêutico e melhora a qualidade de vida.
16	Atenção farmacêutica: a prescrição como alternativa no combate à automedicação Hora et al., 2023	Analisar como a atenção farmacêutica pode reduzir a automedicação.	Automedicação é elevada no Brasil; riscos incluem intoxicação e óbito.	A prescrição farmacêutica é fundamental para combater o uso irracional de medicamentos.
17	Prescrição farmacêutica de medicamentos em farmácias e drogarias: revisão integrativa da literatura Gonçalves et al. 2024	Analisar contribuições e desafios da prescrição em farmácias e drogarias.	Reduz automedicação, melhora acesso e adesão; barreiras incluem qualificação e normativas.	A prescrição é benéfica e fortalece o uso seguro e racional de medicamentos.
18	Prescrição Farmacêutica Izidoro, 2023	Caracterizar e avaliar a prescrição farmacêutica, especialmente no âmbito da automedicação responsável.	Destaca a importância da orientação farmacêutica, do conhecimento sobre MIPs, e do papel clínico na triagem e encaminhamento do paciente.	A prescrição farmacêutica aumenta a satisfação profissional e valoriza o farmacêutico; sua prática qualifica o uso de medicamentos e amplia as habilidades clínicas.
19	Prescrição farmacêutica em farmácias comunitárias públicas e privadas de Vitória-ES: barreiras e facilitadores para a implementação da atividade Ramos et al., 2024b	Analisar o cenário da prescrição farmacêutica em Vitória-ES e os fatores que influenciam a adesão.	Facilitadores: infraestrutura, fácil acesso ao farmacêutico, boa receptividade da população. Barreiras: falta de recursos humanos, ausência de incentivo institucional, fatores individuais.	A implementação ultrapassa a iniciativa individual do farmacêutico e requer estratégia institucional; demanda adaptação de rotinas, contratação de pessoal e qualificação contínua.
20	Uso da prescrição farmacêutica na atenção à saúde Soares et al., 2016	Investigar a evolução da prescrição farmacêutica e seu papel na atenção à saúde.	Evidencia a importância da autonomia clínica do farmacêutico e o potencial para reduzir riscos da automedicação inadequada.	Reforça a necessidade de formação clínica sólida e fortalecimento de políticas que amparem a prescrição

				farmacêutica no Brasil.
21	Prescrição farmacêutica: uma revisão sobre percepções e atitudes de pacientes, farmacêuticos e outros interessados Ramos et al., 2022	Revisar percepções, opiniões e atitudes sobre a prescrição farmacêutica em países que adotaram a prática.	Percepções variam conforme nível de conhecimento da população e modalidade de prescrição. Há benefícios reconhecidos, mas barreiras como desconhecimento, limitações legais e resistência profissional.	A prescrição é promissora, mas precisa de modelos sustentáveis, pesquisa avaliativa contínua e melhor preparação dos farmacêuticos.
22	A necessidade da prescrição farmacêutica de MIPs e os problemas automedicação Fernandes et al., 2022	Analisar a importância da prescrição de MIPs e os riscos da automedicação.	Automedicação permanece elevada; usuários baseiam-se em experiências culturais, ignorando riscos de interações e toxicidade.	A prescrição de MIPs orientada pelo farmacêutico promove segurança terapêutica e reduz danos relacionados à automedicação.
23	Prescrições farmacêuticas aviadas por farmácias de manipulação de Cascavel - PR Oliveira et al., 2022	Levantar número e perfil das prescrições farmacêuticas em duas farmácias de manipulação de Cascavel-PR.	Apenas 1,35% das prescrições foram emitidas por farmacêuticos (médicos 90,40%, nutricionistas 8,25%). Produtos mais prescritos: estética (51,21%), fitoterápicos (37,42%), suplementos (11,37%).	A prescrição farmacêutica ainda é pouco expressiva, mas tende a crescer conforme maior reconhecimento da prática e atuação clínica.
24	Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos Marques et al., 2019	Analisar o uso e a importância da prescrição farmacêutica de fitoterápicos pelo farmacêutico, considerando a fitoterapia como terapia acessível à população e ainda pouco reconhecida como atribuição clínica do farmacêutico.	Somente 20% dos pacientes retornaram ao acompanhamento, indicando baixa adesão e pouco conhecimento da população sobre o papel do farmacêutico prescritor.	Prescrição farmacêutica de fitoterápicos permanece subutilizada no Brasil devido ao desconhecimento populacional e à baixa adesão ao acompanhamento profissional, apesar de a fitoterapia ser um recurso terapêutico historicamente consolidado.

Os resultados desta revisão evidenciam que a prescrição farmacêutica no Brasil constitui um processo em consolidação, influenciado por fatores regulatórios, estruturais, formativos e socioculturais. Em diversos estudos, observa-se que os usuários dos serviços farmacêuticos relatam maior segurança, adesão e satisfação quando acompanhados por farmacêuticos prescritores (Teixeira et al., 2020), o que converge com achados de Silva et al. (2025), que associam a prescrição à melhoria da qualidade assistencial e redução de eventos adversos. Esses dados reforçam o potencial clínico da prescrição como tecnologia de saúde capaz de promover o uso racional de medicamentos, conforme também evidenciam os achados de Santos et al. (2023), Hora et al. (2023) e Gonçalves et al. (2024).

Apesar disso, a prática ainda encontra barreiras estruturais e formativas. Estudos apontam desconhecimento e insegurança técnica entre farmacêuticos no ato de prescrever (Sousa et al., 2023; Santos et al., 2022; Ramos et al., 2024b), além de lacunas de qualificação clínica e baixa formação especializada, como evidenciado por Coelho et al. (2018), em que apenas 23,52% dos profissionais possuíam especialização em áreas clínicas, embora 76,47% afirmassem sentir-se aptos a prescrever. Esses achados corroboram com Marques et al. (2019), no qual a baixa adesão à continuidade do cuidado foi identificada, já que apenas 20% dos pacientes retornaram ao acompanhamento, sugerindo desconhecimento da população quanto ao papel da atenção farmacêutica.

3461

Em relação à automedicação, os estudos convergem em demonstrar que a prescrição farmacêutica atua como importante barreira sanitária, reduzindo danos associados ao consumo inseguro de medicamentos, sobretudo os MIPs (Medicamentos Isentos de Prescrição) e fitoterápicos (Marques et al., 2019; Fernandes et al., 2022; Santos et al., 2023; Izidoro, 2023). Os dados indicam que o farmacêutico é essencial para o cuidado em saúde e pode intervir precocemente na identificação de sinais de agravamento clínico, especialmente em farmácias comunitárias, onde a presença desse profissional pode reduzir a sobrecarga sobre o sistema público de saúde e otimizar adesão terapêutica (Siqueira et al., 2024; Silva et al., 2023; Rotta et al., 2023).

No campo da saúde pública, a expansão da prescrição farmacêutica em áreas estratégicas demonstra crescimento, como observado na profilaxia pré-exposição ao HIV (PrEP), cuja prescrição está presente em 24 estados brasileiros, ainda que de forma desigual e com baixa cobertura, como no Ceará, onde apenas 27% dos municípios registraram atividade prescritiva (Lima et al., 2024). Dados de Tiguman et al. (2024), afirmam que a área ainda carece de estudos nacionais mais robustos, embora seja uma estratégia promissora de ampliação de acesso.

Outro dado interessante está relacionado à implementação e institucionalização da prescrição farmacêutica. Ramos et al. (2024a) apresentam um modelo lógico validado por especialistas, com 7 componentes de estrutura, 13 atividades e 4 impactos esperados, oferecendo importante ferramenta de gestão e avaliação. Em complemento, Ramos et al. (2024b) indicam que fatores individuais não são suficientes para sustentar a atividade, sendo imprescindível suporte institucional, reorganização da rotina assistencial e adequação de recursos humanos.

Além disso, estudos históricos e normativos reforçam que a prescrição farmacêutica é uma realidade irreversível no país (Silva et al., 2021; Severo et al., 2018), porém seu fortalecimento exige marcos regulatórios sólidos, com garantia de capacitação clínica, supervisão, documentação sistematizada e governança sanitária. Portanto, os achados confirmam que a prescrição não deve ser banalizada, mas sim qualificada e regulada, de forma a proteger a população e consolidar o papel clínico do farmacêutico no cuidado em saúde.

Com o intuito de aprofundar a discussão sobre os aspectos político-regulatórios e históricos que permeiam a prescrição farmacêutica no Brasil, foram incluídos, além dos artigos científicos apresentados, dois editoriais e uma carta ao editor que tratam das controvérsias, disputas corporativas e implicações sanitárias.

Tabela 03: Editorial e carta ao editor incluídos na revisão.

Identificação do Texto	Propósito Central	Principais Discussões e Argumentos	Posições Defendidas
Prescrição farmacêutica e judicialização da saúde: o cerceamento do acesso ao cuidado em saúde exercido pelas corporações Bigal (2025)	<i>Discutir os impactos da judicialização promovida pelo CFM contra a Res. CFF 586/2013 e as barreiras corporativas relacionadas ao acesso à prescrição farmacêutica.</i>	<i>- Res. 586/2013 ampliou acesso seguro para MIPs (medicamentos isentos de prescrição). Ação judicial do CFM em 2024 cerceia o acesso da população a cuidados básicos e aumenta risco de automedicação. Farmacêuticos são profissionais historicamente ligados ao medicamento e tecnicamente capazes de prescrever MIPs. A judicialização privilegia interesses corporativos e não a saúde da população.</i>	<i>A suspensão da prescrição farmacêutica representa retrocesso sanitário e risco ao acesso à saúde, mantendo monopólio prescritivo e fortalecendo desigualdades. Defende a legitimidade da prescrição farmacêutica em MIPs.</i>
Prescrição farmacêutica: que necessidades estão em pauta? Silva (2024a)	<i>Problematizar a expansão do escopo da prescrição por farmacêuticos e discutir suas bases políticas, sanitárias e mercadológicas.</i>	<i>Revisita argumentos favoráveis: melhora acesso, reduz fragmentação e otimiza farmacoterapia. Apresenta críticas históricas: risco de atuação sem diagnóstico suficiente, custos ao sistema e pressão de mercado. Destaca que prescrição exige competência clínica, governança, acesso ao prontuário e limites regulatórios claros. Problematiza se a ampliação do direito de prescrever atende necessidades</i>	<i>A prescrição farmacêutica precisa ser discutida com critérios de governança clínica, evitando banalização. Reconhece benefícios, mas alerta para riscos de uso político-econômico do ato prescritivo.</i>

		<i>sanitárias da população ou interesses mercantis.</i>	
A farmácia está sangrando, ou, o farmacêutico quer prescrever Silva (2024b – Editorial Histórico)	Reconstruir histórico das disputas entre medicina e farmácia na prescrição de medicamentos desde o século XVII.	<i>Conflitos entre médicos e boticários são seculares e movidos por poder econômico e político, não apenas técnica clínica. O medicamento é apresentado como tecnologia de governo da vida e mercadoria. Disputas pela legitimidade da prescrição envolvem mercados, estatutos e regulação estatal.</i>	<i>A prescrição é parte de um campo de disputa histórica e econômica entre profissões. Argumenta que debates atuais repetem conflitos antigos; a questão não é apenas técnica, mas econômica e biopolítica.</i>

Fonte: PubMed; SciELO; LILACS; Google acadêmico.

Os textos convergem ao reconhecer que a prescrição farmacêutica, não é uma inovação recente, é resultado de um campo de disputas históricas pelo domínio técnico, econômico e simbólico sobre os medicamentos. Para Bigal (2025), a suspensão judicial da Resolução CFF nº 586/2013 representa um retrocesso sanitário ao restringir o acesso seguro a medicamentos isentos de prescrição, reforçando dinâmicas corporativas e estimulando a automedicação.

Silva (2024a), por sua vez, adverte que a ampliação do direito de prescrever deve estar ancorada em governança clínica rigorosa, qualificação profissional e limites normativos capazes de evitar a banalização do ato prescritivo. Em perspectiva histórico-genealógica, Silva (2024b) evidencia que tais tensões remontam ao século XVII, quando boticários e médicos disputavam, simultaneamente, o poder de curar e o mercado farmacêutico. Em conjunto, esses textos reforçam que a prescrição farmacêutica no Brasil deve ser compreendida não apenas como instrumento clínico, mas como prática situada em embates político-sanitários, econômicos e regulatórios que impactam o uso racional de medicamentos e a própria configuração da Farmácia Clínica no país.

É evidente que a recente suspensão judicial da Resolução CFF nº 586/2013, que regulamenta a prescrição farmacêutica no Brasil, reacende tensões históricas entre categorias profissionais e expõe fragilidades na consolidação normativa do cuidado clínico farmacêutico (Silva, 2024a). Embora decisões dessa natureza se apoiem, em parte, na interpretação restritiva de competências privativas médicas, sua repercussão pode gerar retrocessos na promoção do uso racional de medicamentos, ampliar a sobrecarga nos serviços de saúde e do acesso da população a orientações qualificadas em condições de baixa complexidade (Gonçalves et al., 2024).

Nesse contexto, destaca-se a relevância do Registro de Qualificação Especial (RQE) como instrumento indispensável para garantir que apenas farmacêuticos com formação clínica adequada, capacitação específica e domínio da farmacoterapia possam prescrever (Silva et al., 2025). O RQE funciona, portanto, como barreira regulatória que protege a população de práticas

prescritivas improvisadas ou meramente comerciais, evitando que indivíduos sem preparo técnico ainda que legalmente inscritos como farmacêuticos atuem de maneira incompatível com as exigências do cuidado em saúde (CFF, 2025).

Dessa forma, longe de restringir a autonomia profissional, o RQE a fortalece, pois valida competência técnica, promove a confiança de outros profissionais e usuários e contribui para a consolidação da prescrição farmacêutica como uma ferramenta de promoção do uso racional de medicamentos e de integração efetiva do farmacêutico nas equipes multiprofissionais (Silva et al., 2025; CFF, 2025).

Dessa forma é interessante destacar que, mais que revogar a suspensão da prescrição farmacêutica, o desafio contemporâneo consiste em aperfeiçoar seus instrumentos regulatórios, garantir formação adequada e assegurar que essa prática seja orientada por critérios técnico-científicos e por finalidades éticas comprometidas com a segurança terapêutica e a saúde pública.

CONCLUSÃO

Apesar da suspensão temporária da prescrição farmacêutica no Brasil, esse processo representa um avanço significativo para a consolidação do papel clínico do farmacêutico e para a promoção do uso racional de medicamentos. As evidências analisadas mostram que a atividade prescritiva, quando estruturada com base em protocolos clínicos, qualificação profissional e integração multiprofissional, tem potencial para melhorar a adesão terapêutica, reduzir eventos adversos, orientar o autocuidado responsável e ampliar o acesso da população a intervenções seguras, sobretudo para condições de baixa complexidade. Os achados também mostram que a adoção da prescrição farmacêutica demanda mais do que reconhecimento normativo, requer qualificação avançada em farmacoterapia, semiologia, avaliação de risco, tomada de decisão clínica e documentação sistematizada das intervenções. Nesse sentido, a discussão destaca a importância do RQE como mecanismo essencial para assegurar que apenas profissionais realmente capacitados exerçam a prescrição, garantindo segurança ao paciente e legitimidade à atividade. Entretanto, a consolidação dessa prática encontra obstáculos relevantes, que comprometem a implementação plena da prescrição nas farmácias comunitárias. Além disso, no plano regulatório, os estudos também evidenciam tensões históricas e disputas corporativas que atravessam a prescrição farmacêutica. Essa conjuntura reforça que a prescrição farmacêutica não deve ser banalizada nem reduzida a um instrumento

comercial, mas compreendida como prática clínico-sanitária que exige competências técnicas certificadas, governança regulatória e compromisso ético.

REFERÊNCIAS

BATISTA, S. D. C. M. et al. Polimedicação, atenção farmacêutica e cuidado farmacêutico. *Journal of Biology & Pharmacy and Agricultural Management*, v. 16, n. 4, p. 455-469, 2020.

BIGAL, A. L. Prescrição farmacêutica e judicialização da saúde: o cerceamento do acesso ao cuidado em saúde exercido pelas corporações. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 35, e350122, 2025.

CFF – Conselho Federal de Farmácia. Coronavírus: atuação do farmacêutico frente à pandemia da doença causada pelo coronavírus. Brasília: CFF, 2020.

CFF – Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 586, de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2013. Disponível em: [https://www.cff.org.br/userfiles/file/noticias/Resolucao%20586_13%20texto%20final\(1\).pdf](https://www.cff.org.br/userfiles/file/noticias/Resolucao%20586_13%20texto%20final(1).pdf). Acesso em: 13 jul. 2025.

COELHO, R.; MACHADO, F. Conhecimento dos farmacêuticos atuantes em drogarias e farmácias sobre a prescrição farmacêutica na cidade de Mineiros-Goiás. *Estação Científica (UNIFAP)*, v. 8, p. 57-68, 2018.

DA SILVA, N. A. P. S.; PINHÃO, C. A. V.; DE CARVALHO ABREU, C. R. Prescrição farmacêutica no Brasil: uma realidade sem volta. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 4, n. 9, p. 188-196, 2021.

DA SILVA et al. Serviços de saúde e o impacto da prescrição farmacêutica em sua acreditação. Disponível em: <URL não informado>. Acesso em: 21 nov. 2025.

DE SOUZA, M. F. R. et al. Atuação do farmacêutico na identificação e resolução de problemas relacionados a medicamentos: uma revisão integrativa. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 11, n. 1, e41811125053, 2022. Disponível em:

FERNANDES, E.; SILVA, G.; MARQUEZ, C. A necessidade da prescrição farmacêutica de MIPs e os problemas da automedicação. *Scire Salutis*, v. 12, p. 17-24, 2021.

GONÇALVES, S.; GALVÃO, A.; MOREIRA, R.; NÓBREGA, J. Prescrição farmacêutica de medicamentos em farmácias e drogarias: uma revisão integrativa da literatura. 2024. DOI: 10.35621/23587490.v11.n1.p1152-1167.

GRIBNER, C. Consolidação do farmacêutico na prática clínica. *Visão Acadêmica*, v. 20, n. 2, 2019.

HORA, T. F. T. Atenção farmacêutica: a prescrição farmacêutica como alternativa no combate à automedicação no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 6, p. 278-284, 2023.

LIMA, M. H. S.; COUTINHO JÚNIOR, M. E. P.; PINHEIRO, T. G. Prescrição farmacêutica de profilaxia pré-exposição ao HIV no Brasil e no Ceará: uma análise de indicadores. *Revista Foco*, v. 17, n. 8, p. e5712, 2024.

LOPES, R. J. L. Desenvolvimento de serviços farmacêuticos no período pós-pandemia. 2022. Tese (Doutorado).

MARQUES, P. A.; SIMÃO, T. A.; MORIYA, M. M. et al. Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos. *Brazilian Journal of Natural Sciences*, v. 2, n. 1, p. 15, 2019.

MARTÍN, A. G. El museo de la Farmacia Hispana. In: *Practicum Historia de la Farmacia, Legislación y Deontología Farmacéutica*. 2022. p. 39.

MOURA, A. S. et al. Avaliação de competências clínicas em simulações realísticas de consulta farmacêutica. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 23, e02733282, 2025.

NICOLAU, J. L.; CONCEIÇÃO, J.; RODRIGUES, I.; FREITAS, J. G. O almofariz como ícone da profissão farmacêutica. *História da Ciência e Ensino*, v. 23, p. 17-41, 2021.

OLIVEIRA, C.; LUCCA, P. Pharmaceutical prescriptions dispensed by compounding pharmacies in Cascavel – PR. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 15, e247111537236, 2022.

RAMOS, D. C. et al. Construção e validação de um modelo lógico para implementação da prescrição farmacêutica no Brasil. *Saúde em Debate*, v. 48, e8323.

RAMOS, D. C. et al. Prescrição farmacêutica: uma revisão sobre percepções e atitudes de pacientes e profissionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 9, p. 3531-3546, 2022. 3466

RAMOS, D. C. et al. Prescrição farmacêutica em farmácias comunitárias públicas e privadas de Vitória-ES. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 34, e34002, 2024.

RUBERT, C.; DEUSCHLE, R. A. N. Assistência farmacêutica durante a pandemia da COVID-19. *Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. 8, n. 1, p. 255-268, 2020.

SANTANA, S. P. D.; GONÇALVES, K. A. M. Reações adversas a medicamentos: um problema de saúde pública. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 6, p. 28899-28915, 2021.

SANTOS, D. L.; GUEDES, J. P. M. Atribuições do farmacêutico no uso racional de medicamentos e automedicação. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 15, e263101522827, 2021.

SANTOS, G. et al. A prescrição farmacêutica: uma análise do conhecimento dos profissionais farmacêuticos de Barra do Garças-MT. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, p. 27315-27326, 2022.

SANTOS, G. G. et al. Os riscos da automedicação: a importância da prescrição farmacêutica. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 4, n. 1, 2023.

SEVERO, T.; MAFRA, V. R.; VALE, B. As responsabilidades do farmacêutico na prescrição farmacêutica. *Revista Cereus*, v. 10, p. 179-201, 2018.

SILVA, C. D. C. A farmácia está sangrando: ou o farmacêutico quer prescrever. *Medicinae Plantae*, v. 1, n. 4, 2025.

SILVA, C. Prescrição farmacêutica: que necessidades estão em pauta? *Medicinae Plantae*, v. 1, 2025.

SILVA, G. L. M.; ANDRADE, L. G.; BAIENSE, A. S. R. Atuação do farmacêutico clínico em farmácia comunitária. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 4, p. 1589-1600, 2023.

SILVA, J. C. C. E.; NOGUEIRA, R. P. S. A importância da atenção farmacêutica no uso racional de medicamentos em idosos. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 15, e543101523560, 2021.

SINFAR-SP – Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo. Autonomia farmacêutica em xeque: decisão que limita prescrição de medicamentos a médicos é afronta e grave retrocesso. 22 nov. 2024.

SIQUEIRA et al. O papel do farmacêutico clínico nas farmácias: acessibilidade e promoção da saúde no cotidiano. *Revista F@T*, v. 29, 2024.

SOARES, A. L. P. P.; COSTA, M. A.; TEIXEIRA, J. J. V. Nível de entendimento sobre prescrição farmacêutica. *Infarma*, v. 28, n. 3, p. 149-156, 2016.

SOUSA, A. S.; VELOSO, W. F.; MARQUEZ, C. O. Clinical management from an innovative perspective: exploring new approaches in pharmaceutical prescription. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 14, e14121444463, 2023.

TEIXEIRA, C. et al. Avaliação da prática farmacêutica na perspectiva dos pacientes: uma revisão integrativa. 2021. 1-9. 3467

TIGUMAN, G. Prescrição farmacêutica de PrEP/PEP no Brasil: regulamentação e perspectivas. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 7, p. 1-24, 2024.